

## ESPIRITISMO, CARIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: O ABRIGO INSTRUÇÃO E TRABALHO EM SANTA MARIA/RS (1931-1973)

Felipe Girardi<sup>A</sup>

Beatriz Teixeira Weber<sup>B</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa o estabelecimento e a atuação do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho, ligado à Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC) fundado na década de 1930, na cidade de Santa Maria/RS. A referida instituição estava inserida em um panorama marcado por discussões ideológicas e a criação de instrumentos legais e burocráticos no que concerne ao papel da criança e do adolescente na sociedade brasileira. Este “menor” seria visto, ao mesmo tempo, como a esperança da nação, e, potencialmente, como uma ameaça para a manutenção da ordem vigente. Isso resulta na construção de um modelo que equiparava a criança abandonada à criança infratora. Uma das opções encontradas para esta questão foi a internação dos menores em situação de vulnerabilidade social em abrigos e reformatórios, contexto no qual se insere o Abrigo Instrução e Trabalho. O abrigo atendeu centenas de internos(as), fornecendo-lhes moradia, alimentação, ensino escolar e possibilitava o aprendizado de distintos afazeres domésticos ou um ofício, visando proporcionar meios para que, ao sair do Lar, os jovens tivessem condições de garantir sua sobrevivência. A partir da documentação produzida pela SEFEC e da bibliografia, buscou-se compreender os fatores ligados à entrada e saída das crianças e adolescentes do abrigo, e como era o seu cotidiano, destacando aspectos como educação e trabalho, atenção à saúde e relação com o espiritismo. Nesse sentido, a pesquisa visou evidenciar a ótica espírita sobre essas questões, considerando a importância da prática da caridade, relacionada com o contexto social e político da época, especialmente no que diz respeito às visões sobre a infância tomadas pelos distintos setores da sociedade, destacando-se as políticas e concepções adotadas pelo Estado no que tange ao amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. As instituições assistenciais de natureza religiosa, incluindo as espíritas, desempenharam importante papel nesse contexto.

Palavras-chave: Espiritismo; caridade; assistência; infância; Santa Maria/RS.

### Introdução

O espiritismo<sup>1</sup>, doutrina codificada na metade do século XIX pelo francês Hippolyte León Denizard Rivail, mais conhecido como Allan Kardec, chegou ao Brasil poucos anos após o lançamento de *O Livro dos Espíritos*. Sua inserção no campo religioso brasileiro, entre o final daquele século e o século XX, é explicada a partir da adoção de diferentes estratégias por parte do movimento espírita, como a preponderância da vertente religiosa, a aproximação com elementos do catolicismo popular (especialmente a partir da atuação do médium Chico Xavier), a unificação

---

A Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria(UFSM). Mestrando do Programa em Pós-Graduação em História (UFSM). Bolsista Capes-DS. Estudante de Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio (UFSM). E-mail: felipegirardi@ymail.com.

B Orientadora. Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: beatriztweber@gmail.com.

das entidades espíritas em torno das federações regionais e da Federação Espírita Brasileira (FEB) e a prática da caridade material, aspecto que será explorado ao longo deste texto.

Os dados do Censo de 2010<sup>2</sup>, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o espiritismo possui 3,8 milhões de adeptos no Brasil, o que representa cerca de 2% da população residente no país. No que diz respeito aos dados correspondentes ao Rio Grande do Sul, mais de 343 mil pessoas se autodeclararam espíritas, o que corresponde a um percentual de 3,2% da população sul-riograndense. Já em Santa Maria, o total de adeptos é de 15947 pessoas, cerca de 6,1% do total de moradores da cidade.

Os dados estatísticos permitem diferentes leituras. Se, por um lado, o número de espíritas é consideravelmente menos expressivo do que o de católicos e adeptos das diferentes denominações evangélicas, a visibilidade alcançada pelo espiritismo e por suas temáticas é grande, especialmente através da literatura, da televisão (com a recorrente realização de telenovelas sobre o mundo espiritual, por exemplo) e da atuação de figuras como Chico Xavier e Divaldo Pereira Franco, cuja popularidade ultrapassa o público declaradamente espírita. Também é importante observar a inserção desta religião de acordo com as condições econômicas e o nível de instrução da população. O censo mostra que a adesão ao espiritismo é maior entre as camadas com melhores condições de renda e com acesso à educação superior.

O presente artigo apresenta partes do trabalho de conclusão de graduação elaborado pelo autor em 2014<sup>3</sup>. Nesta pesquisa, buscou-se compreender o papel exercido pela prática da caridade para o espiritismo, através das obras de assistência social promovidas pelas instituições espíritas. Analisou-se o caso do Abrigo Instrução e Trabalho, fundado na década de 1930, vinculado à Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC), surgida em 1927, sendo uma das mais antigas entidades espíritas ainda em funcionamento de Santa Maria/RS. A pesquisa buscou mostrar, a partir da documentação produzida pela instituição, como era o funcionamento do abrigo, qual era o público atendido, quais as razões do ingresso de crianças e adolescentes na casa, entre outros questionamentos. Para além de compreendermos a inserção dessa iniciativa dentro da compreensão espírita de caridade, também é necessário entender como a sociedade e o Estado tratavam as questões relativas à infância e à adolescência, especialmente aquelas em situação de risco.

### **O espiritismo: da França à Santa Maria/RS**

O século XIX foi um período de grandes transformações políticas, sociais, econômicas e culturais no mundo ocidental. A ciência, em suas múltiplas especializações, gerava, ao mesmo tempo, grande otimismo em alguns e desconfiança e pessimismo em outros. As múltiplas

correntes espiritualistas surgem e ganham reconhecimento nesse contexto, em que florescem e reflorescem muitas outras crenças e práticas, desde a cabala à magia negra, a quiromancia e a astrologia, na Europa. Fenômenos como as “mesas girantes” e outras manifestações despertavam o interesse de muitas pessoas. Em um contexto convulso, entre religião e ciência, surge o espiritismo.

Atribui-se à Allan Kardec a codificação do espiritismo, através daquelas que são consideradas as cinco obras básicas da doutrina: *O Livro dos Espíritos* (1857), *O Livro dos Médiuns* (1861), *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1864), *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1868), e *O que é o Espiritismo?* (1859). Kardec, visando a divulgação do espiritismo, criou a *Société Parisienne des Études Spiritistes*, primeira do gênero na França e, também, foi o criador do primeiro periódico espírita, a *Revue Spirite* (Revista Espírita), em 1858. Essa revista é publicada até a atualidade com o subtítulo “*Jornal de Estudos Psicológicos*”. Um aspecto a se destacar, desde já, é a forte vinculação entre a prática espírita e a cultura letrada. É impossível compreender o desenvolvimento do espiritismo sem considerar a importância dos livros e da imprensa espírita.

O espiritismo tem como elementos básicos a crença na existência de Deus, a imortalidade da alma, a comunicabilidade dos espíritos, a reencarnação e a evolução universal e infinita. Como destaca Damázio (1994), Kardec defendia ter compilado uma doutrina de natureza filosófica e moral de efeitos religiosos, mas sem assumir um caráter formal de religião que poderia ser atualizada conforme os avanços da ciência.

No Brasil, a obra kardequiana chega pouco tempo depois do lançamento do primeiro livro, inicialmente entre membros da comunidade francesa e, posteriormente, difunde-se entre setores da elite letrada do período, como militares, médicos, advogados, etc. A primeira sociedade (*Grupo Familiar do Espiritismo*) e o primeiro jornal espírita (*Echo d'Além Túmulo*) surgem em 1865 e 1869, respectivamente, em Salvador/BA. Nas décadas seguintes, chega a outras regiões do país, com especial inserção na capital, Rio de Janeiro. Nesta cidade, é criada a Federação Espírita Brasileira (1884) e o periódico *O Reformador* (1883), veículo oficial de divulgação da federação até a atualidade. Neste artigo, dedicar-se-á maior espaço à discussão sobre a constituição do espiritismo como religião no Brasil e à importância da caridade para o movimento espírita. Portanto, não serão abordados aspectos mais específicos sobre as instituições e personagens espíritas da virada do século XIX para o século XX em nível nacional, bem como em relação ao processo de unificação do espiritismo.

Os registros históricos e os trabalhos que se dedicaram a compreender a chegada e o desenvolvimento do espiritismo no estado do Rio Grande do Sul, permitem observar que esse processo se dá a partir das duas últimas décadas do século XIX. Conforme a Federação Espírita

do Rio Grande do Sul (FERGS), ente federado da FEB, os primeiros centros espíritas rio-grandenses foram a Sociedade Espírita Rio-Grandense, em Rio Grande (1887), o *Grupo Espírita Allan Kardec*, em Porto Alegre (1894), a *Sociedade Espírita Allan Kardec* (1898) e a *Sociedade União e Instrução Espírita* (1901), ambas na cidade de Pelotas<sup>4</sup>. No que diz respeito ao processo de unificação do espiritismo, algumas entidades gaúchas deram origem, em 1921, à FERGS. Conforme destaca Miguel (2007), a federação gaúcha teve participação preponderante para a consolidação do projeto de unificação do espiritismo em nível nacional, em torno da FEB.

Em Santa Maria, onde se encontra o objeto principal de estudo, a primeira casa espírita seria fundada em 1903, na localidade de Água Boa, no distrito de Pains, a *Sociedade Espírita Paz, Amor e Caridade*. Na zona urbana do município, as primeiras instituições foram a *Sociedade Espírita Mont'Alverne*, em 1910, e a *Sociedade Espírita Dr. Adolfo Bezerra de Menezes*, em 1915. Em 1921, surge a *Aliança Espírita Santa-mariense*, com a intenção de promover a reunião dos grupos espíritas da cidade e potencializar as suas ações.<sup>5</sup> Scherer (2013) afirma que o desenvolvimento do espiritismo na cidade esteve ligado à atuação de algumas famílias e “à constituição de redes de relação entre líderes, adeptos e elementos de diversos setores da sociedade local”. (SCHERER, 2013, p.37)

Em 13 de abril de 1927, foi fundada a *Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC)*<sup>6</sup>, instituição que criou e manteve o *Abrigo Instrução e Trabalho*. Em 1979, passa a admitir a filiação efetiva de homens, mudando seu nome oficial para *Sociedade Espírita Estudo e Caridade (SEEC)*. Popularmente, e isso permite comprovar a dimensão que o abrigo de menores teve na história da instituição, a sociedade como um todo é conhecida como o *Lar de Joaquina*, nome informal que homenageia Joaquina Flores de Carvalho, primeira presidente da instituição e doadora do prédio onde o Instrução e Trabalho foi instalado. A atuação de homens, não obstante, sempre esteve presente, através de figuras como o advogado Fernando do Ó, os médicos Amaury Lenz e Antônio Victor Menna Barreto, entre outros.

Scherer (2013), em seu trabalho monográfico sobre a SEFEC, observa que a instituição se conforma como uma sociedade de estudos e prática da doutrina espírita, mas se dedica à ação social influenciada pelo contexto sócio-político que o país vivia naquele momento, de desenvolvimento de áreas como a medicina e o serviço social, e os esforços governamentais – pelo menos nas legislações criadas nesse contexto - no sentido de construir um Estado de bem-estar social.

Para este trabalho, o foco está no trabalho que a SEFEC realizou, através do Abrigo Instrução e Trabalho, no que tange à atenção ao menor, visando sua proteção e à melhoria de suas condições de vida. A documentação da instituição, sobretudo os livros de registro de internos, permite constatar como era o funcionamento do abrigo e os agentes com os quais ele

interagia, como familiares das crianças, membros da SEFEC e agentes públicos, como órgãos estatais e judiciais. A entidade estava sujeita à legislação vigente e refletia muitas das concepções e projetos de sociedade em desenvolvimento. Para isso, é fundamental entender como se concebia a atenção ao menor no país, para então verificarmos a inserção do Abrigo Instrução e Trabalho.

### **O espiritismo no Brasil: Religião e caridade**

Diferentes pesquisadores da história, da sociologia, da antropologia e das ciências da religião buscaram compreender como se deu o processo de consolidação do espiritismo como uma prática religiosa no respectivo campo no Brasil. Arribas (2008) identifica duas correntes, uma que justifica as características peculiares do espiritismo brasileiro em função de uma identificação cultural com o misticismo, afastando-o da matriz francesa.<sup>7</sup> A outra, que referencia este trabalho, fala em um espiritismo à brasileira, ou seja, que se adapta às circunstâncias específicas do campo religioso brasileiro, afetado por múltiplos fatores.<sup>8</sup> O movimento espírita lidou com suas tensões e diferenças internas, e foram realizadas escolhas no sentido de legitimá-lo socialmente e no âmbito religioso, entre elas a opção por uma configuração religiosa, a aproximação com algumas práticas e métodos do catolicismo, o posicionamento diante de outras práticas ligadas ao mundo espiritualista, como as religiões afro-brasileiras, e a primazia da caridade material. Stoll (2003), especialmente, frisa que essa conformação não transforma o espiritismo brasileiro em uma versão “menor” ou “adulterada”. É original.

Arribas (2008) aborda a importância do médico cearense Adolfo Bezerra de Menezes para o espiritismo brasileiro. Ele foi o principal nome do grupo de espíritas que defendia a concepção religiosa. Sobre ele, Arribas observa o seguinte:

Enquanto portador da moral cristã de caridade e de ajuda ao próximo, Bezerra de Menezes não poderia agir de outra forma senão buscando angariar no próprio campo religioso o capital necessário para a legitimação de sua obra. Fora dele, já havia acumulado todo o capital cabível em suas possibilidades, fosse na política, fosse na medicina, e desses capitais soube bem utilizar-se para a sua entronização pessoal no campo religioso. Vale a pena frisar (...) que foram esses os capitais que possibilitaram a Bezerra de Menezes conquistar as posições em que passou a se encontrar. (ARRIBAS, 2008, p.134)

Em primeiro lugar, é importante destacar que não há um rompimento com a obra kardequiana, que é a base da doutrina até a atualidade. A prática da caridade, por exemplo, está presente no cerne do kardecismo, como pode ser visualizado em vários trechos do Livro dos Espíritos, como:

888. Que se deve pensar da esmola?

[...] A verdadeira caridade é sempre bondosa e benévola; está tanto no ato, como na maneira por que é praticado. Duplo valor tem um serviço prestado com delicadeza. Se o for com altivez, pode ser que a necessidade obrigue quem o recebe a aceitá-lo, mas o seu coração pouco se comoverá.

[...] 893. Qual a mais meritória de todas as virtudes?

“Toda virtude tem seu mérito próprio, porque todas indicam progresso na senda do bem. Há virtude sempre que há resistência voluntária ao arrastamento dos maus pendores. A sublimidade da virtude, porém, está no sacrifício do interesse pessoal, pelo bem do próximo, sem pensamento oculto. A mais meritória é a que assenta na mais desinteressada caridade.” (KARDEC, 2007, p. 498-499 e 502)

Ou seja, a caridade não era um tema alheio à doutrina espírita, pelo contrário. A prática da caridade passa por viver e agir respeitando a todas as pessoas, ligando-se ao ideário cristão de amor ao próximo. No entanto, isso não exclui a prática da caridade material, apenas a condiciona à caridade moral. A prática caritativa, enquanto forma de elevação espiritual, apenas tem valor se for realizada de forma sincera. Como ressalta Camurça (2001):

Em fins do século XIX e início do XX, o Espiritismo nascente nas principais urbes brasileiras, diante das acusações de charlatanismo, curandeirismo e prática de medicina ilegal que lhe imputavam os poderes públicos, procura legitimar suas crenças e práticas perante a sociedade através da bandeira da caridade. A mediunidade exercida com fins de cura, para eles, não se configurava atividade de rendimento, mas exercício de caridade moral para com a humanidade sofredora. (CAMURÇA, 2001, p. 131-154)

A caridade moral englobava a postura do indivíduo em relação aos seus irmãos espíritas. Camurça (2001) cita a mediunidade com fins de cura, mas engloba também gestos mais simples, no dia-a-dia, compartilhando conhecimentos sobre os estudos da doutrina, por exemplo. Como ressalta Miguel (2009), a caridade não é motivo para orgulho e exaltação, e sim algo interior ao ser humano. O espiritismo, a partir desse raciocínio, contrapõe-se ao catolicismo, religião formalizada na exterioridade.

Camurça (2001), em um artigo em que fala sobre a “competição religiosa” entre obras sociais católicas e espíritas em Juiz de Fora/MG, usa uma expressão interessante como título de seu trabalho: “fora da caridade não há religião!”. A visão das duas denominações religiosas sobre o tema tem semelhanças e diferenças. Quanto as primeiras, ressalta-se a concepção de caridade cristã e a sua prática através da realização de obras em benefício de outrem. Quanto as segundas, para os católicos as boas obras levam à salvação, e para os espíritas, que creem na continuidade

do espírito, ressalta-se o aspecto moral. No entanto, como ressalta o autor supracitado, as obras em si, como abrigos para menores, escolas, oficinas profissionais, entre outras, promovidas por uma ou outra religião, são semelhantes. A caridade é uma forma de trabalho, sendo este uma condição para o progresso, e quem a pratica, moralmente o materialmente, colabora para o seu progresso espiritual e também daqueles que são ajudados.

### **Atenção à infância e à juventude no Brasil a partir do Código de Menores de 1927**

Os registros dos livros do Abrigo Instrução e Trabalho, bem como relatórios e atas de reuniões, permitem observar a relação entre a instituição e o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, assim como a justiça. O surgimento do abrigo, no início da década de 1930, se insere em um contexto em que é patente a preocupação com a atenção ao menor, tanto no que diz respeito ao seu bem-estar quanto em relação às condições de saúde. Em 1927, é instituído o primeiro código de menores do Brasil, e o seu teor reflete as concepções sobre o papel social de crianças e adolescentes, bem como as iniciativas que deveriam ser tomadas para defender, amparar e, se for o caso, punir os *menores*. Perez e Passone (2010) afirmam que:

O Estado incorporou o debate sobre a “salvação da criança” e sobre a “regeneração social”, alçando a criança a alvo das ações públicas e responsabilizando e punindo as famílias em relação aos cuidados à infância. A prevenção social e a elaboração de uma legislação específica, que permitisse a tutela do Estado e controle da sociedade, provocaram forte aliança jurídico-médico-assistencial organizada em torno do sistema de proteção ao “menor”. (PEREZ, PASSONE, 2010, p.655)

Primeiramente, é necessário deixar claro sobre o que trata esse código. A utilização do termo “menor” não tem a mesma amplitude da atualidade, para designar os indivíduos com idade inferior a dezoito anos. O termo era aplicado às crianças e adolescentes pobres e em condições de risco, eram objeto dessa lei os menores que se tornaram órfãos e não receberam o amparo de familiares ou tutores, que foram abandonados pelos pais ou retirados de sua guarda e aqueles em risco de ou em condição de vadiagem, mendicância ou libertinagem, bem como aqueles que sofrem de maus tratos ou tem a sua vida e saúde em risco, entre outros casos específicos. Faleiros (1995 *apud* RUS e PASSONE, 2010, p. 655) afirma que esse código incorporou “tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista”. Em relação à visão sobre a questão da infância e como ela deveria ser tratada, Silva (2010) faz a seguinte análise:

Por um lado a criança simbolizava a esperança, o futuro da nação. Devidamente educada, ela se tornaria útil à sociedade. Por outro lado, a criança representava uma ameaça nunca

antes descrita com tanta clareza. Descobrem-se na alma infantil elementos de crueldade e perversão. Ela passa a ser representada como delinquente e deve ser afastada do caminho que conduz à criminalidade, das “escolas do crime”, dos “ambientes viciosos”, sobretudo as ruas e as casas de detenção. Esta visão ambivalente em relação à criança – em perigo versus perigosa – torna-se dominante no contexto das sociedades modernas, crescentemente urbanizadas e industrializadas. (SILVA, 2010, p.51)

O poder público passava a ter o poder de intervenção direta na vida de crianças e adolescentes. Previa os casos em que o Estado deveria agir para garantir a vida e a saúde dos *menores* e os instrumentos para evitar que eles se tornassem infratores. A questão da delinquência era considerada como fundamental, e parecia ser inevitável que, sem nenhum tipo de amparo, esse seria o caminho destinado para crianças e adolescentes. Outro ponto previsto pelo Código diz respeito às instituições de amparo aos *menores*, prevendo a existência de entidades públicas e também privadas ou vinculadas à denominações religiosas, onde se inserem os abrigos espíritas.

Nas décadas seguintes (ressaltando que este Código continuaria vigente até 1979, por sua vez substituído pelo atual Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990), o Estado promoveria ações mais amplas no sentido de melhorar as condições de vida dos menores. Nos registros do Abrigo Instrução e Trabalho, tornar-se-ão muito comuns, para além de muitas referências ao Juizado de Menores, intervenções de órgãos do poder executivo municipal, estadual e federal. Com a instauração do Estado Novo (1937), são criados órgãos estatais com a incumbência de protegerem a infância – ou punirem, se for o caso. Surgem o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), o Departamento Nacional da Criança (1940), o Serviço de Assistência a Menores - SAM (1941) e a Legião Brasileira de Assistência – LBA (1942). Isto denota a importância que o tema adquire, em um panorama onde o Estado passava a investir mais fortemente em áreas como a saúde, a educação e a assistência social. Nos registros do Abrigo Instrução e Trabalho, há menções constantes a algumas dessas instituições, sobretudo o SAM, a LBA, o Serviço Social do Menor (SESME) e o Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho e Habitação (DEPAS).

### **O Abrigo Instrução e Trabalho**

A doutrina espírita, formulada por Allan Kardec, contemplava a chamada “caridade moral”, que não exclui a caridade material. Assim sendo, essa segunda dimensão da caridade é expressa através da ação social, da promoção de obras, sobretudo junto à população mais pobre. Nesse contexto, está inserido o Abrigo Espírita Instrução e Trabalho/Lar de Joaquina, o Hospital Infantil Nenê Aquino Nessi e a Escola Instrução e Trabalho, obras da SEFEC, em Santa



Maria/RS, sendo o abrigo aquele que, durante o seu tempo de atividade, atingiu maior visibilidade.

A instituição, conforme mostram os registros de internos e outros documentos, estava inserida no contexto geral de assistência à infância que se implanta no Brasil a partir do final do século XIX e início do XX. As características dos internos e internas, detalhadas nos livros de registro, evidenciam muitos dos aspectos que eram atribuídos à criança, sobretudo àquelas em condição de pobreza ou abandono. Essa vinculação com o poder público é refletida, por exemplo, no substancial aumento no número de internos ao longo do tempo.

A pesquisa na documentação buscou mostrar como era o funcionamento do abrigo, qual a origem e a razão da entrada e da saída dos(as) internos(as), os serviços disponibilizados, as atividades nas quais as crianças/adolescentes exerciam, entre outras informações. Cabe ressaltar que os livros de registro, principal documento analisado, são preenchidos de forma diversa ao longo do tempo, com inconstância dos dados apresentados. A seguir, serão apresentados alguns dos aspectos que podem ser observados nos livros e em outras fonte produzidas pela instituição.

A pobreza, a morte ou doença de um dos pais/responsáveis e o encaminhamento pela justiça ou pelos órgãos públicos de assistência ao menor são os fatores mais comuns para a entrada das crianças e adolescentes no abrigo, sendo que em alguns casos observamos mais de uma motivação. São comuns os casos de crianças que são entregues ao lar por familiares e retiradas depois de algum tempo. A maior parte das crianças é retirada do abrigo pela mesma pessoa que as colocou. A melhoria das condições econômicas familiares, mudança de domicílio ou necessidade da companhia da criança/adolescente são as motivações mais recorrentes. O que passa a se observar com mais frequência, a partir dos anos 1940, é a intervenção do juiz de menores dando seu aval ao retorno da criança/adolescente.

É importante mencionar as informações relativas à educação e ao trabalho, princípios muito caros para o espiritismo, como o próprio nome do abrigo já indica. Os registros, relatórios, atas de reunião e outros documentos enfatizam os serviços que eram oferecidos, como a escola e o aprendizado de tarefas domésticas e profissionais. Preparar para o trabalho significava garantir aos jovens um meio para garantir sua subsistência no futuro, após sair do Abrigo. Nos registros, são mencionadas as atividades que cada criança desenvolveu, com valorações sobre o nível de conhecimento/aptidão alcançado. Como já foi citado em outro momento, o detalhamento das informações relativas a cada criança diminui ao longo dos registros, mas há outras fontes, como o excerto do Relatório da SEFEC de 1953, que apresenta as atividades realizadas por meninos e meninas:

As meninas recebem ensino doméstico, confecções, colchoaria, enfermagem, costura, horticultura e cosinha. Mantemos ainda uma pequena tipografia para ensino de Arte Tipográfica, de onde se aproveita para tirar alguma renda para auxiliar a casa.

Os meninos aprendem agricultura, criações, trabalhos de tambo e tudo mais que se possa ensinar de utilidade para o dia de amanhã. Muitos meninos já serviram a Pátria e voltaram como reservistas em busca deste lar. Outros tiraram curso de tratoristas e se acham colocados em oficinas mecânica conhecidas da cidade. São atendidos por um casal que cuida da alimentação e vestuário.

Sobre a saúde dos(as) internos(as), alguns dos registros relativos à década de 1930 trazem informações mais detalhadas. Anteriormente à criação do Hospital Infantil Nenê Aquino Nesi, fundado em 1949 como enfermaria e transformada em hospital em 1952, as crianças recebiam atendimento de médicos e dentistas. Os problemas de saúde apresentados pelas crianças eram bastante variados. Observa-se claramente que a situação médica das internas referidas está ligada à precariedade de suas condições de vida anteriores ao seu ingresso, bem como à inacessibilidade aos recursos necessários. Outrossim, referências à doenças tratadas enquanto as meninas já estavam internadas (não ficando claro se já estavam doentes ao entrar ou se o diagnóstico foi posterior), também evidenciam problemas ligados à pobreza, habitação insalubre, alimentação inadequada e más condições de higiene, como os casos de crianças com verminoses.

Nos relatórios da SEFEC, que descrevem o cotidiano e as atividades realizadas pelos menores internos do Abrigo Instrução e Trabalho, cita-se a realização de leituras espíritas e orações pelas crianças, conforme o Regulamento Interno do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho. Em 1939, é criado pela Sociedade um órgão específico para a difusão da doutrina espírita entre os jovens internos e externos ao abrigo, a Sociedade da Juventude Espírita de Santa Maria. Scherer observa o seguinte sobre o funcionamento dessa secção:

As lições eram ministradas com uma metodologia baseada em leituras, seguidas por explicações, e finalizadas com questionamentos dirigidos às crianças, com vistas à fixação dos conteúdos estudados. Também era comum a organização de um programa que designava tanto os evangelizadores quanto as crianças para a elaboração e/ou apresentação de textos, poesias e histórias relacionadas às lições de espiritismo. Segundo os livros de atas, o número de frequentadores era variável, situando-se entre 18 e 26 pessoas. A partir da década de 1950 não há mais referências a este grupo como uma instituição em separado da SEFEC, sendo mais provável que ela tenha se voltado exclusivamente às crianças do Abrigo. (SCHERER, 2013, p.47)

Quanto aos registros dos meninos, não há informações sobre as práticas religiosas das crianças anteriormente e durante sua permanência na casa. A utilização de receituário mediúnico é mencionada quatro vezes, sem especificar quem prescreveu e em qual contexto. Sobre este último aspecto, verifica-se que menções diretas ao espiritismo e suas práticas são encontradas

apenas nos primeiros registros, deixando de aparecer a partir do final da década de 1930, salvo o uso de termos próprios do universo espírita, como o verbo “desencarnar” e seus derivados.

### **Considerações finais**

O espiritismo configura-se como uma das religiões que compõem o campo religioso brasileiro. Surgida na França, assume um caráter próprio e original no Brasil, o que está intimamente ligado à prática da caridade moral e material. As instituições espíritas promovem distintas ações e projetos voltados à assistência, como brechós solidários, albergues, escolas e abrigos para crianças e adolescentes, como o Abrigo Instrução e Trabalho, da SEFEC. Esta entidade, para além de seu vínculo com o espiritismo, respondia à legislação do período e às discussões sobre a questão dos *menores* e seu papel na sociedade.

A partir do trabalho de pesquisa realizado, foi possível constatar que o Abrigo Instrução e Trabalho possibilitava que os menores que a ele recorriam – ou que eram encaminhados pela autoridade judicial ou pelos órgãos públicos de assistência à infância, bem como aqueles que eram entregues temporariamente pela família – tivessem acesso a melhores condições de saúde, alimentação, educação e preparação para o trabalho. Esse último ponto era fundamental, pois era necessário possibilitar que as crianças adquirissem meios para sobreviver no futuro. Os ideais de educação e trabalho colocados em prática não são alheios à doutrina espírita, sendo elementos ligados ao progresso humano. O que se observa, em relação ao abrigo, é que ele também incorpora a visão vigente no país sobre a infância e a assistência ao menor, possibilitando que a instituição fosse reconhecida pelo Estado e interagisse com ele de forma bastante intensa.

### **Referências bibliográficas**

ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007. 361 p.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais em Juiz de Fora: 1900-1960. Locus Revista de História, Juiz de Fora, vol. 7, n. 1, p. 131-154, 2001. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/103.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

DAMAZIO, Sylvia F. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

HEYWOOD, Colin. Alguns temas na história cultural da infância. *In: Uma História da Infância*. Porto Alegre: 2004, p. 54.

KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. Tradução de Matheus Rodrigues de Camargo. 9. ed. Capivari – SP: Editora EME, 2007. 352 p.

MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo fin de siècle: a inserção do Espiritismo no Rio Grande do Sul (1896-1898). *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano II, n. 4, Mai. 2009. p. 145-184.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento as crianças e adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

SCHERER, Bruno Cortês. Ações Sociais do Espiritismo: A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria - RS (1932-1957). 2013. 87 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SILVA, Gustavo de Melo. A responsabilidade “penal” do adolescente no Brasil: uma breve reconstrução sócio-histórica. *In: Ato Infracional: fluxo do Sistema de Justiça Juvenil em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOCIEDADE ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE – LAR DE JOAQUINA. História da Sociedade Espírita Estudo e Caridade. Disponível em: <<http://www.lardejoaquina.com.br/>>. Acesso em 23 dez 2013.

STOLL, Sandra Jacqueline. Religião, ciência ou auto-ajuda? Trajetos do Espiritismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2002, V. 45 n° 2. P. 361-402.

WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19. N. 17. Set 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881999000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881999000100006)>. Acesso em: 21 nov 2013.

#### Fontes

##### *Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade*

- Livros de Registro de Internos do Abrigo Instrução e Trabalho (1931-1973).
- Relatórios Anuais de Atividades (1953-1960).

##### *Acervo da Aliança Espírita Santa-mariense*

- Regulamento Interno do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho, década de 1940.
- Texto “A Assistência Social”, 25 de agosto de 1945.

O uso do termo visa designar a doutrina desenvolvida por Allan Kardec, na França, em meados do século XIX, não indicando outras manifestações religiosas de caráter mediúnic, como é o caso da Umbanda, que já foi associada com os termos “Baixo Espiritismo”, “Espiritismo Umbandista” ou “Espiritismo de Umbanda”.

2 Censo Demográfico 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm). Acesso em 11 out. 2014. As informações sobre o estado do Rio Grande do Sul e a cidade de Santa Maria foram obtidas no portal Cidades, do IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 11 out. 2014.

3 *A prática da caridade e a atenção à criança pelo espiritismo: o caso do abrigo instrução e trabalho, em Santa Maria/RS (1931-1973)*, trabalho defendido para obtenção do título de licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Teixeira Weber, em janeiro de 2014. O autor continua a pesquisar temáticas relacionadas ao espiritismo enquanto acadêmico de pós-graduação em nível de mestrado em História na mesma universidade.

4 Dados apresentados por Scherer (2013), com base em artigo anteriormente publicado na página de internet da FERGS, atualmente indisponível.

5 Informações obtidas no histórico apresentado no site da Aliança Espírita Santa-mariense. Disponível em: <http://www.aliancaespirita.com/p/historico.html>. Acesso em: 24 out. 2013.

6 Optou-se pelo uso do nome *Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade* ao longo deste artigo, visto que esta era a forma adotada pela instituição durante o período *in loco*.

7 Célia Arribas cita como exemplos dessa corrente autores como Ubiratan Machado, François Laplantine e Marion Aubrée. Ver Arribas, 2008, p. 23.

8 Nesse segundo grupo, situam-se autores como Damazio (1994), Giumbelli (1997) e Stoll (2003).